



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A Questão Agrária Italiana Pós II Guerra			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Andréia Pagani	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
No eixo de compreender os processos de clivagem e conversão que ocorreram no marxismo italiano, focaremos os embates do Partido Comunista Italiano (PCI) em torno da questão agrária – problema irresoluto desde a unificação – e recolocado dramaticamente na pauta política no período pós bélico pela urgência da reconstrução do país. Temos como hipótese geral o entendimento de que nas disputas de projetos sociais que se materializavam nas reformas de Estado, se imprimiram sínteses históricas que caracterizam o transformismo do PCI, pois expressam a direção política de um caminho teoricamente inverso ao marxismo, num processo qualitativamente superior às épocas históricas precedentes. Para isso, buscamos na primeira parte do artigo, analisar sinteticamente a Itália no período histórico de 1945 a 1964, compreendendo como a subsunção da região do <i>Mezzogiorno</i> serviu para consolidação de estruturas capitalistas modernas – e subalternas – na Europa contemporânea. Na segunda parte, apresentamos as polêmicas colocadas entre intelectuais marxistas e liberais em torno da questão agrária e da direção da modernização italiana. Por fim, apontamos alguns elementos que situam as reformas de Estado e a adesão de estratos de intelectuais tradicionais ao PCI, como elementos de clivagens entre marxistas e liberais.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
PCI – questão agrária – secondo dopoguerra			

1. A questão meridional e o PCI pós Salerno

A esquerda italiana pode ser compreendida como o maior movimento popular para mudança social na Europa Ocidental no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, onde o PCI emerge como força mais importante: sua política – a unidade antifascista – passa a ser assegurada numa base ampla de massas (quase dois milhões de filiados) e sua influência intelectual se estabelece sobre muitos segmentos sociais, não somente entre os estratos eruditos, contribuindo para a determinação do clima geral da opinião progressista em toda a Europa. Fundado em 1921, sob a liderança de Antonio Gramsci (1892-1937) e Amadeo Bordiga (1889-1970), o PCI é também objeto e interlocutor da reflexão teórica feita por Gramsci no cárcere. Esta riqueza intelectual foi reconhecida e apropriada muito além do partido. Mas o PCI – e toda esta tradição – não sobreviveram à década de 1950 sem que seus objetivos fossem radicalmente adaptados à conservação das estruturas do capitalismo, entrincheirando-se em “administrações regionais locais e mais tarde em regionais e nas comissões parlamentares pelas quais a legislação italiana tem de passar, entrelaçando-se com a ordem dominante em muitos níveis secundários” (ANDERSON, 2010, p. 05). Não obstante, ainda hoje o finado PCI é a principal referência para o eurocomunismo, e

reconhecidamente o organismo formulador de uma via particular de desenvolvimento, a democracia progressiva. Que elementos determinaram a submissão do PCI aos limites do capital? Esta questão, recolocada no debate teórico¹ e recompõe na medida em que se apresentam problemas objetivos ligados às formas de organização da classe trabalhadora e às políticas pelas quais se busca superar as formações econômicas e sociais do capital. É, portanto, um debate em aberto, e trata das estratégias da transição socialista, colocando reflexões sobre uma questão importante: a relação entre a classe trabalhadora e o Estado. Este artigo é parte de uma pesquisa onde analisamos as relações entre a política agrária do Partido Comunista Italiano (PCI) e a consolidação da via italiana ao socialismo (1945-1956). Nosso objetivo é identificar como a política agrária contribuiu para a organização das massas e para a consolidação dos dirigentes deste 'novo partido'. **Nesta discussão, apresentaremos alguns elementos que orientam nossa hipótese geral, de que a ida do PCI ao governo (1947-1948) consolidou um processo de transformismo de uma geração inteira da esquerda italiana.**

A Itália que atualmente observamos é uma síntese – recente – de muitas alterações e demarcações que atravessam séculos de formações imperiais diversas. A unificação do país (1815-1870) – entendida na chave gramsciana – foi um processo de submissão à hegemonia liberal (Q19, §27, p. 98-99), apresentado, de forma concreta, em três níveis: primeiramente, na **subordinação política** que se exemplifica quando o Piemonte passa a ser dirigido objetivamente pela França, através de Napoleão III; em segundo lugar, através da **diminuição e indefinição territorial**, evidenciada pela cessão de Nice e Savoia à França e porque o país não dispunha de nenhuma legislação que assegurasse seus limites na Península; e por fim, no **comprometimento financeiro**: a recém unificada Itália passa a ser aliada da França no que diz respeito às despesas de Guerra (WOOLF, 1973, p. 472-475). Estas particularidades são retomadas no segundo pós guerra como questões em aberto na Itália: na política, a *Questão Meridional* representava a problemática do atraso da região Sul e da sua funcionalidade para o desenvolvimento do Norte no processo de industrialização e reconstrução, sendo uma das prioridades das reformas dos comunistas no Estado (CAFIERO, 2000, p. 37). Na historiografia, as polêmicas risorgimentais são recuperadas, numa leitura de longo período, onde é possível analisar a formação social, econômica e política do *Mezzogiorno* pelo atravessar de séculos da história italiana, e assim observar características compósitas de diversos modelos históricos precedentes na estrutura social diacrônica que marca o país². Nesse prisma, o processo de reconstrução pós bélica pode ser entendido como continuidade

¹Esta pesquisa faz parte do Grupo de Pesquisa Marxismo e Pensamento Político - CEMARX/UNICAMP, onde se constitui coletivamente. Encontramos interlocuções também nos debates da historiografia contemporânea, apresentados por autores como Pavarin (2011), Bussotti (2004), Anderson (2010), Salvemini (1995), Davis (2005), Vacca (2008).

² Para uma perspectiva de análise plurissecular da História econômica, ver: CIOCCA e TONIOLO (1999).

contraditória da subordinação funcional do *Mezzogiorno*³. A industrialização da região passa a ser uma questão central para a integração da Itália ao eixo de países desenvolvidos – e democráticos. A segunda metade da década de 1940 é um período onde são fixados os principais elementos de continuidade e ruptura entre a fascismo e república⁴: o alargamento do mercado nacional favorecia sobretudo, o desenvolvimento da produção Centro-Norte⁵ e, de maneira bem genérica, constitui um exemplo de “efetiva afirmação, na sociedade e na política, da racionalidade do desenvolvimento econômico” (BARBAGALLO, 1990, p. 588).

O fim da Segunda Guerra Mundial marca o início de uma guerra “peculiar”: a Guerra Fria não apresentava, em termos objetivos, a possibilidade de conflito mundial (HOBSBAWM, 1999, p. 223-224). Não obstante, foi um dos eventos mais importantes da segunda metade do século XX – e quiçá, do XXI⁶. Na Itália, a *Questão Meridional* volta a expressar centralidade nos debates políticos que acompanhavam o processo de resistência partigiana ao fascismo e a reconstrução pós-bélica⁷, pois a forma pela qual o Sul se modernizaria determinaria a localização da Itália nos grandes ciclos econômicos abertos pela consolidação do capital monopolista, iniciando fenômenos de “desenvolvimentos difusos” (BRUNO, 1990, p.597) que incorporava conflituosamente as demandas dos setores manufatureiros de alta intensidade de capital⁸.

Nesse cenário, um partido se apresenta como interlocutor de um segundo *Risorgimento*: associando a herança da resistência partigiana a uma bandeira de luta nacional, o PCI se massificou como “arauto de valores autênticos de liberdade e de democracia” (NAPOLITANO, 1979, p. 09). O 'novo partido', tem uma compreensão de novo tipo de democracia e, vê nas lutas de libertação, um ponto de partida lógico para sua inflexão: este é o PCI pós-*Svolta de Salerno*⁹. **Para nós, uma aproximação entre Resistência e Risorgimento, se pretende escapar da contraposição monolítica entre fascismo e liberação, há de considerar a Resistência não como fenômeno em si, mas como uma história em aberto, em confluências e contraditoriedades com o movimento socialista mundial**¹⁰. Os números, ademais, chamam atenção: em 1945, o partido 'triplicou': suas

³ Sobre as possibilidades de modernização do Mezzogiorno na reconstrução pós bélica, ver: PEZZINO (1987); BARBAGALLO (1990).

⁴ VILLARI (1979).

⁵ Cronologia e dados: BATTILOSSI, 1999, v.02, p. 321-374.

⁶ Para um balanço das continuidades da Guerra Fria, ver WESTAD (2006).

⁷ Para um panorama amplo das problemáticas da Resistência, ver QUAZZA (1978).

⁸ De Rita (1979, p. 936) observa a possível emergência de sujeitos empreendedoriais culturalmente novos na área meridional entre 1948 e 1978, a partir de um comparativo dos índices de crescimento produtivo das regiões italianas. cf. BRUNO (1990).

⁹ Intervenção política de Togliatti ocorrida em 1944, na cidade de Salerno. Essa perspectiva alterou o sentido da política do PCI no longo período. Para a polêmica dos seus significados táticos e estratégicos ver: VACCA (1990, p. 09-15); SPRIANO (1975, p. 325-330); QUAZZA (1978, p. 146-157). Neste sentido, ecoa uma voz uníssona entre o PCI e Palmiro Togliatti, seu secretário geral (SAASON,1980).

¹⁰ QUAZZA, 1978.

fileiras somam 1.770.896 filiados. Em 1956, ultrapassam os dois milhões¹¹. Para além dos números, temos a explosão de fontes de comunicação que colocam em relevo – ainda que de forma parcial e fragmentária – os discursos do PCI: pode-se perceber que a denominação 'de massas' têm um ponto de apoio na difusão estratégica da linha política, com a criação de instituto de pesquisas, escolas de quadros, atividades culturais; articulação com intelectuais prestigiados por meio de uma ampla política de iniciativas editoriais e culturais¹².

A solução da Questão Meridional parece ainda mais urgente: a construção de um vínculo entre os comunistas e as tradições culturais do Mezzogiorno se revela uma possibilidade de intervenção e crescimento do partido na região, dado que uma parcela significativa da população morava no campo. O Mezzogiorno trazia inscrito em sua história uma incapacidade de organização e ao mesmo tempo, podia-se ver movimentos múltiplos de caráter subversivista e rebelde. Parece plausível que a questão Meridional tenha aparecido imediatamente ao PCI como um elemento de centralidade para o processo de transformação do Estado: liberando-se dos “condicionantes fascistas”, o novo partido se apresenta como expressão de uma “sociedade em movimento” (DE FELICE, 1977, p. 36-45). Por outro lado, as lutas no Mezzogiorno potencializavam a política de Salerno, cumprindo o papel de “avançar a democracia” e “reforçar o partido” (TOGLIATTI, 1980, p.24). Assim, a política do PCI representa um esforço de fazer da ação meridionalística o ponto culminante de sua presença na sociedade (TOGLIATTI, 1953 apud DE FELICE, 1977, p. 37)

Embora o PCI mantivesse articulações com o governo desde a gestão Badoglio¹³, é possível estabelecer que suas políticas tiveram ressonância somente após a gestão De Gasperi. Aqui localiza-se nosso ponto de convergência entre o PCI e o governo: Nas três primeiras gestões de De Gasperi (dez/1945 a mai/1947), cerca de 30% dos quadros ministeriais e secretários eram dispostos entre os militantes do PCI¹⁴. Na análise de Adinolfi, muitas foram as continuidades entre os ministérios, mas o PCI passa a ocupar um espaço privilegiado do Estado depois de 1945, onde “ocorre a profissionalização da política. O recrutamento é feito dentro dos partidos de massas, primeiro entre os dirigentes, depois nas câmaras (...) Este, sim, constitui um verdadeiro traço de continuidade na história política italiana que nem no período fascista foi quebrado”. (ADINOLFI, 2009, p. 312)

Conforme mostramos rapidamente, a questão meridional era um dos eixos intervenção prioritária do PCI. Daí que a reforma agrária tenha status “central no processo de reconstrução

¹¹ Número de filiados em 1944: 501.960. Observa-se nos anos de 1921 a 1943 uma média de 17.200 filiados. Dados disponíveis em: <http://www.senato.it/>

¹² Para um balanço da relação entre a política do PCI e os periódicos laicos, ver: VERUCCI (1990, p. 890-891) e AJELLO (1979, p. 81). Para o aspecto da política cultural, ver: VITTORIA (1990, p. 137-140)

¹³ O governo de Pietro Badoglio inaugurou na Itália o período constitucional transitório. Três gestões seguiram-se sob sua liderança: (I. julho de 1943 a abril de 1944, II. abril a junho de 1944, e III. junho a dezembro de 1944)

¹⁴ Ver: ADINOLFI, 2009, p. 296.

italiana” (AMENDOLA, 1978, p. 23). A intervenção do PCI no governo dava o conteúdo nacional à transição democrática ao socialismo, pois baseada na política de Salerno, apresentava uma plataforma cujo pilar de sustentação era a Reforma: Industrial e Agrária. No campo industrial, com a racionalização dos complexos monopolistas e planificação da economia com seguridade e controle da produção. No campo agrícola, o “despertar do Mezzogiorno” tinha como objetivo a “liquidação da grande propriedade absenteísta, limitação da grande propriedade capitalista, encaminhamento e estímulo de formas de direção cooperativista; uma profunda reforma dos contratos agrários e a defesa consequente da pequena e média propriedade” (TOGLIATTI, 1966, p. 139).

As reformas do PCI, no que pese sua implementação parcial durante o governo, eram pontes entre as instâncias radicalizadas e potencialmente anárquicas dos camponeses e o novo Estado, inscrevendo suas lutas na legalidade (BERNARDI, 2008, p. 279). Foi constituída uma comissão para encaminhar as políticas de reformas no PCI, presidida por Gullo. Esta procedeu com a elaboração de decretos que repartiam as terras incultas ou mal cultivadas como uma “tentativa dos expoentes do governo da esquerda de avançar na via das reformas” (GINSBORG, 1989, p. 77). Haviam divergências internas, obviamente, e Emílio Sereni é um dos expoentes de uma perspectiva mais crítica sobre o papel das reformas, elaborando em conjunto com outros militantes uma proposta alternativa que pudesse “travar uma luta no campo, não uma luta por reivindicações, mas uma luta de classe aguda ainda que se tenha que recorrer às formas de guerra civil”. (SERENI, 1945 apud BERNARDI, 2008, p. 286). **Tais dissensos deverão ser observados e individuados, fazem parte do aprofundamento da pesquisa.** Preliminarmente, podemos admitir que em ambas as alternativas de reforma é possível perceber convergências no que diz respeito aos objetivos, como promoção de avanços na luta camponesa e ampliação dos conflitos sociais, gerando um saldo positivo para as lutas antifascistas. A impossibilidade de uma linha propriamente revolucionária era atribuída à dificuldade de tornar esse um terreno de luta comum aos outros partidos da coalizção. Ou seja, ambas situavam a transição socialista numa disputa interna do Estado, sem alusões ao papel da propriedade privada para o capital em marcha de expansão, priorizando a unidade de coalizção (cf. BERNARDI, 2008).

Em 1948, o PCI é expulso do governo. Sua linha, não obstante, segue as diretrizes da coalizção, oferecendo uma forma ideológico-organizativa que cimentaram novas identidades coletivas, num processo de mobilização reivindicatória e integração nacional, tendo a ampliação das democracias seu horizonte mais avançado. A democracia de tipo novo consolida-se como democracia progressiva, e permite sair do dilema “paralisante” entre restaurar as democracias burguesas e fazer insurgir a ditadura do proletariado, apresentando-se como perspectiva mais

factível (cf. NAPOLITANO, 1979, p.11). Em 1956, no VIII Congresso do PCI, a fragmentação da iniciativa política recolocava a questão da estratégia meridionalística. Um novo processo se inicia, com a “restauração da posição da classe operária” e o avanço das liberdades democráticas. Esse pode ser o período da “correção” de Lenin: a relação entre socialismo e democracia passa a ser concebida como um “nexo de substancial continuidade” (NAPOLITANO, 1979, p. 27)

2. Um debate revisitado

Os marxismos italianos têm particularidades cujos traços distintivos localizam-se no desenvolvimento de uma intelectualidade em permanente batalha de ideias. Herdeiros da tradição dantesca, os italianos compreendem que cultura e poder não são esferas distintas da vida social. Por isso, o debate teórico-político-historiográfico tem importância na vida social. Há alguns anos, debates sobre Estado, democracia e transição socialista têm ocupado um lugar de destaque na Itália. As contradições entre a teoria gramsciana e a via italiana ao socialismo ganham significado peculiar na medida em que compõem uma intervenção política sobre como se reportar à “questão comunista” hoje. A centralidade da política no desenvolvimento desta questão se apresenta em problemas objetivos ligados aos movimentos operários e às suas iniciativas frente à transição socialista como forma de superação da crise. A recolocação destes problemas é feita, portanto, sobre questões contemporaneamente abertas e a reconstrução dos escritos gramscianos é possível através de muitas interlocuções *post festum*, na “reproposição do nó teoria-movimento” (DE FELICE, 1978, p. 191). Para De Felice, deve-se localizar no centro do debate o caráter de revolução passiva do conjunto das formulações teóricas e opções do PCI pós-Gramsci (compromisso histórico, pluralismo, Eurocomunismo), explicitado pela difusão da solução liberal-democrática como a única possível. A crítica deve ter, necessariamente, a definição da democracia italiana pós-fascista como ponto de partida, e por meio da explicitação das implicações teóricas da prática política, demonstra-se a impossibilidade de compreensão do funcionamento da *democracia de massas* no interior das categorias clássicas da liberal-democracia. O retorno aos escritos de Gramsci deve levar em consideração que seu pensamento se constitui numa reflexão sobre uma fase histórica inteira – a saída de um sistema de poder e a construção de um novo bloco histórico – como ponto de referência, confronto e diferenciação (idem, p. 192).

Na década de 1970, o Instituto Gramsci organizou uma série de eventos e debates ‘meridionalísticos’, que culminaram na publicação de *Togliatti e il Mezzogiorno*, a cura de De Felice. Esta coletânea se propôs ao reexame da crise do bloco agrário e a avaliação dos impactos da guerra sobre as economias do Sul, a correlacionar o ‘partido novo’ à organização das massas

camponesas e analisar elementos da contribuição togliattiana para a formação de um novo bloco histórico, ponderando experiências de diversas sessões locais do PCI. É uma parte importante do debate interno, pois acumulado e produzido por um instituto ligado diretamente à direção do partido, onde os autores são protagonistas de experiências e posições em disputa, e apresentam claramente a perspectiva de fazer do PCI meridional “não apenas um efetivo protagonista da luta pela renovação da sociedade, mas ainda uma moderna força de governo” (DE FELICE, 1977, p. X). Estes debates tinham a preocupação de avaliar os rumos e caminhos adotados pelo partido, assim como iniciavam, a partir de temáticas específicas, uma disputa do legado teórico de Gramsci. Nesse percurso, outro intelectual do PCI emerge como interlocutor do partido: Togliatti, seu primeiro editor póstumo. A linha partidária e suas reflexões ganham, no pós-guerra, uma íntima relação de interdependência. Neste sentido, recuperar as polêmicas entre Gramsci e Togliatti nos coloca numa esteira que vai das divergências apresentadas no Congresso de Lion à reivindicação de Gramsci como inspirador da democracia progressiva. O pensamento de Togliatti tem como ponto de referência a especificidade meridional, que é o centro da sua teoria da revolução e espaço privilegiado para a reorganização nacional. Assim, se a solução da questão meridional passa a ser o grande problema político para o PCI nos anos da reconstrução, esta reflexão trinta anos depois voltou a ocupar um lugar importante na tradição do PCI (cf. DE FELICE, 1977, p. 35- 38).

A avaliação do PCI nos anos de governo ainda é uma polêmica em aberto. Para Anderson, a composição do governo custou ao PCI a incapacidade de propor soluções que vão para além das reformas. A ampla divulgação cultural operada pelo PCI trouxe-lhe a capacidade de polarizar a vida intelectual do país, e isto se deu em função do grau pelo qual o partido assimilou e reproduziu a tensão dominante numa cultura pré-existente, e encontrava na filosofia de Benedetto Croce a sua “mais poderosa expressão”. Nesse sentido, Gramsci foi utilizado como matiz da predisposição reformista do PCI, e a hegemonia foi para isso, reduzida ao seu momento consensual, como ascendência cultural e moral e como fundação de uma forma de existência que assegura a posse pacífica do Estado: o PCI reproduziu o humanismo elitista tradicional, fazendo coexistir sob o mesmo projeto político, o legado de Gramsci e uma cultura de massas comercializável, um “matagal de revistas conformistas ou espetáculos talhados para os gostos meio sérios ou incultos dos eleitores da DC”. Entre essa veiculação e a capitulação efusiva, o PCI deu apenas um curto passo (ANDERSON, 2010, p. 37-40). Em Anderson, a disputa de Gramsci – e a busca de sentidos orgânicos para os seus escritos – têm pouca importância, mas para nós esta questão é fundamental: longe de ser “retirada dele”, a noção de hegemonia e estratégia que fundamentou a viragem do PCI é antítese da tese gramsciana e marca justamente o afastamento do marxismo que permitiu a decapitação do partido. A restauração da análise gramsciana sobre a questão meridional e as formas

da transição no período de revolução passiva nos permite distinguir linhas interpretativas – na política e na historiografia – e recolocar hipóteses de explicação para o fenômeno do assistencialismo, que caracterizou a intervenção do PCI no pós guerra.

O pós guerra imprimiu uma conjuntura onde a unificação do país foi retomada no debate, no sentido de que era o momento da unificação política. O centro nevrálgico da intervenção do PCI, pela mediação de Togliatti, passa a ser “reconverter positivamente um regime reacionário de massa em desagregação” (DE FELICE, 1977, p. 41). Nesta terra inóspita, intervir para orientar e organizar a massa desagregada ganha corpo com a unidade antifascista. A unidade soa como necessidade, submetendo até mesmo o programa que orientaria a transição ao socialismo. O governo se revela um espaço privilegiado de disputas e demarcações: as reformas ganham a capacidade de converter-se em um caminho particular ao socialismo. Na interpretação de Saason, Togliatti captou o movimento de conversão democrática que se abriria no imediato pós guerra, visualizando a possibilidade de ascenso e portanto, a centralidade da organização de massa, e a inflexão do partido às massas é, neste sentido, profundamente articulada à reflexão togliattiana sobre ‘partido novo’ (1980, p XIV). Em sentido semelhante, De Felice analisa como e por que a questão meridional tornou-se o problema central para o PCI dopoguerra: a questão meridional foi exaltada como sendo central no processo de transformação do Estado italiano, mas a sua solução passou somente pela mudança da direção, sem ações que buscassem resolvê-la nem marginalmente (DE FELICE, 1977, p. 37-38).

A edição crítica dos escritos carcerários de Gramsci, feita por Gerratana tem um impacto significativo no desenvolvimento destas questões. Torna-se possível reconstruir percursos, confrontar diálogos e intersecções nesta que durante muito tempo pareceu a linha mais óbvia a ser tomada pelo partido. As polêmicas, não somente recolocadas, são profundamente redimensionadas: os dissensos internos que envolviam a aliança entre o centro político do governo e os meridionais de um lado e do outro, os grandes empreendedorismos setentrionais reaparecem na bibliografia produzida nas décadas de 1950 e 1960, e fundamentam análises de porte importante, a exemplo de Villari, em *Il sud nella storia d'Italia*, ou das inúmeras páginas de *Cronache*. Nos anos 1990, desenvolveu-se uma reflexão crítica acerca da ideologia do local, mostrando que o modelo de desenvolvimento do capitalismo na Itália recoloca a questão meridional, sob temas novos e modelos diversos, e exige uma análise política densa sobre a crise e as “forças próprias do Mezzogiorno” (BUSSOTTI, 2004, p. 05-08). Para Bussotti, a pesquisa crítica contemporânea deve focar uma maior criticidade ao partido, enquanto para Pavarin, a historiografia do Mezzogiorno é forte e visivelmente influenciada por um debate político, econômico e social de caráter marcadamente crociano. O tema ganha importância para a formulação de um juízo histórico post festum, que

possa, através de um tempo de sedimentação – que separe o momento da formulação das conclusões sobre os fatos – avaliar melhor as sobreposições de juízos políticos que impuseram uma compreensão determinada sobre o desenvolvimento do Mezzogiorno (PAVARIN, 2011, p. 12- 14).

3. Antonio Gramsci e a questão meridional

Antonio Gramsci (1891-1937) é considerado um importante intelectual italiano. Recorrer a ele seria legítimo até mesmo porque seus escritos – sobretudo no período carcerário – podem ser considerados como referencial bibliográfico. No Caderno 19, traça elementos para a compreensão do Risorgimento, indicações de fontes de pesquisa e a perspectiva analógica pela qual podemos entender a Resistência partigiana no longo período (cf. Q 19, § 5, p. 1988-1989). No Caderno 22, trata do Americanismo e Fordismo, recuperando a possibilidade de ler, sob chave da revolução passiva, fascismo e americanismo (Q 22 §1, p. 2140). No Caderno 8, indica o fascismo como um novo tipo de liberalismo, como revolução passiva própria do século XX (Q 8, §236, p.1088-1089). Não obstante, nossa aproximação procura em Gramsci uma interlocução política que disputa o partido post festum: e a questão meridional se impunha como luta porque era uma demanda real na Itália, e dava ao PCI a possibilidade de hegemonizar o processo de democratização. (LEMBO, 1067). Os comunistas leem Gramsci e o reivindicam: em seus movimentos, jornais e periódicos. Muitas vezes pode-se perceber que Gramsci era utilizado como argumento de autoridade nas intervenções dos dirigentes do PCI. Aqui, propomos articular os escritos de Gramsci como interlocutores da trajetória da democracia progressiva, encontrando traduções possíveis e distorções intransponíveis. A reivindicação de um Gramsci “democrático” pode ter fundamento numa análise ruim, apressada, dos escritos pré-carcerários, quando seus conceitos não estavam muito precisos. (SASOON, 1980, p. X). A ideia da fragilidade teórica de Togliatti é um elemento que pode ser frequentemente recuperado no debate historiográfico¹⁵. Não passa despercebido também, a alusão frequente ao fato de que Togliatti, o primeiro editor de Gramsci, passou cerca de dez anos com seus escritos carcerários. Apresenta, no desenho de um partido novo, alusões a Gramsci, que tem um peso bastante representativo no conjunto dos militantes, pois somente Togliatti objetivamente tinha acesso ao conjunto de escritos, o que o colocava numa posição de interlocutor de Gramsci (VACCA, 1993, p. 443-462). Assim, nossa apropriação de Gramsci se coloca na recuperação da chave de contraposição entre socialismo e capitalismo.

¹⁵ Ver: QUAZZA (1978), SCOPOLLA (1990).

Um primeiro plano de debate aparece pela possibilidade de compreensão de Gramsci não como um meridionalista, mas como profundamente internacionalista¹⁶. A partir da Unificação, surge uma geração de estudiosos da Questão Meridional, como Giustino Fortunato, Gaetano Salvemini, Saverio Nitti. Gramsci dialoga criticamente com eles, e esse diálogo pode ser recuperado como interlocução quando percebemos que a Segunda Guerra Mundial dá origem a uma nova geração de meridionalismos e estudiosos dessa questão, como Togliatti, Sereni, Grieco. Assim, não podemos falar em “interesse meridional geral”, mas em múltiplas considerações que partem de pontos de vista distintos e mesmo profundamente contraditórios (cf. DAVIS, 1999, p. 238). A Itália do pós guerra é caracterizada por “instituições anacrônicas e direção política débil”: a exposição ao mercado externo combinado com a fraqueza dos mercados internos é uma prova de que a agricultura, no tocante às suas transformações, não foi capaz de impulsionar nem a produtividade nem o consumo local, permanecendo irresolutos os desequilíbrios entre a população e a terra. O modelo de empresa camponesa familiar foi distintivo ao “caminho italiano para o século XX”. Considera a permanência do latifúndio como símbolo do atraso, e percebe que o rearranjo de terras que se deu nos anos 1950, se foi funcional para a eliminação do estereótipo de atraso cultural e social, contribuiu profundamente para limitação da economia do Sul aos produtos de exportação (DAVIS, 1999, p. 225-252).

Gramsci foi preso em 1926, então, os acontecimentos que precederam imediatamente a crise de 1929 – e mesmo a própria crise como fenômeno – foram percebidos por ele do cárcere. Americanismo e Fordismo, conforme conhecemos no *Caderno 22* é fruto de um amadurecimento conceitual, que já havia aparecido como tema de pesquisa desde a primeira notação de planejamento¹⁷. A datação de Francioni (1984) e a pesquisa de Baratta (2004)¹⁸ nos dão um mapa de como esta questão foi sendo remodelada para Gramsci, e finalmente, ganhando corpo num esforço sistemático de análise no *Caderno 22*, escrito em 1934, paralelamente ao *Caderno 19*¹⁹. Sua preocupação com o ‘novo mundo’ é pulsante, conforme fica claro na passagem de carta à sua companheira, Giulia²⁰, onde ele aponta que a “cultura moderna (tipo americano), torna o homem um pouco seco, mecânico, burocrático”, construindo uma “mentalidade abstrata, em sentido diferente do que foi feito no século passado. Houve uma intoxicação causada pela metafísica abstrata, não é uma intoxicação causada pela abstração da matemática” (L 233, p.206). Nessa chave

¹⁶ Ver: BARATTA (2004, p.139)

¹⁷ (Q1, Note e appunti, p. 05), datado de 08/02/1929.

¹⁸ Americanismo e fordismo reaparecem como apêndice no *Caderno 08*, em 1930; desaparecendo do reagrupamento de matérias em 1932, ainda no Q 08, aparecendo como notas esparsas. Tais movimentos são importantes para compreender como a temática passa por diversos processos de síntese no pensamento gramsciano (FRANCIONI, 1984, p.78).

¹⁹ Nos anos de 1934 e 1935, Gramsci trabalha em diversas questões simultaneamente. Para datação completa deste período, ver: FRANCIONI (1984, p.125-126).

²⁰ Carta de 14/01/1929.

de leitura, Gramsci indica a possibilidade de compreender americanismo e fascismo como formas contemporâneas da revolução passiva.

Uma outra aproximação pode ser feita se retomamos as chaves analógicas assumidas por Togliatti na formulação do novo partido, de segundo Risorgimento. Podemos ver que para Gramsci, a unificação legitimou a desigualdade na “hegemonia do Norte sobre o *Mezzogiorno*, numa versão da relação territorial cidade – campo” (Q19 §24, p. 2021-22; Q19 §6, p.1990). Do texto “*La questione meridionale*” ao *Caderno 19*, percebemos um refinamento da formulação da aliança entre operários e camponeses, na consideração que *Partito d’Azione* deve se ligar às massas rurais, especialmente meridionais, aceitar e incorporar programaticamente suas reivindicações e concentrar os intelectuais de estratos médios e inferiores a fim de reverter a aliança reacionária entre os clericais-legitimistas e as classes rurais, por processos de co-determinação que ligam os movimentos camponeses ‘espontâneos’ à oscilação dos intelectuais (Q19 §24, p. 2024-25). Nesse caminho, Gramsci buscou encontrar ‘nexos vertebrados’ para o curso dos acontecimentos, fazendo uma análise que se apropria da história, da política, das tradições culturais e modos de vida de forma indissociável, comparando o caso francês com a emergência de outras formas de ascensão da burguesia sem grandes rupturas, que ele considera como revoluções passivas²¹. Tais formas se tornaram mais universais, por assim dizer, sobretudo depois da derrota de 1848 (BIANCHI, 2006, p.13). Deste ponto de vista, os processos de penetração e difusão da política na constituição dos Estados modernos são percebidos por Gramsci como “formas histórico-teóricas do presente”, como particularidades da “forma-capital”.

Já no primeiro *Caderno*, Gramsci indicava um elemento importante para a compreensão das revoluções passivas: o transformismo, "expressão parlamentar da ação hegemônica, intelectual, moral e política" (Q 1, §44, p. 41), isto é, a "elaboração de uma classe dirigente sempre mais ampla nos quadros fixados pelos moderados", onde a direção política torna-se um aspecto do domínio. É possível compreendermos os processos de incorporação do PCI ao governo na chave gramsciana transformismo? Nosso critério investigativo pressupõe que a ligação entre as classes rurais se realiza em um bloco atravessado com os diversos intelectuais, e é dissolvido por uma nova formação se forçado em duas direções: a) camponeses colocando reivindicações e fazendo parte do programa de governo b) intelectuais movendo-se a partir de seus interesses.

Compreendendo o papel dos intelectuais na “fermentação político-social” (Q10, §61, p.1340), Gramsci valora o ‘problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do moderno Estado na Itália’. Daí, se detém sobre as forças sociais, o partido e os sujeitos que se configuram como insurgentes de uma nova classe dirigente, considerando as relações entre

²¹ Ver também: Americanismo e Fordismo (Q 22, p. 2137-2182).

política e desenvolvimento, tradições, problemas e mentalidades que aparecem de forma contraditória, em suas diversas interpretações²² (Q19 §3, p. 1971-72). Gramsci estava interessado, sobretudo, em compreender como a falta de radicalidade característica do jacobinismo francês, impôs ao *Partito d'Azione* uma intervenção insuficiente no processo de unificação de forma que os *Moderati* o conduziram com um caráter de 'aliança' entre as aristocracias e a burguesia moderada. (URBINATI, 2002; SECCO, 2006, p.52).

No estudo específico sobre o *Risorgimento*, Gramsci indicou como a hegemonia foi capaz de dividir as classes populares e ao mesmo tempo consolida alianças que forjam um consenso, mediado pelos intelectuais; também explica que os processos internacionais e domésticos devem ser estudados sob um escopo de análise integrado. (GARIN, 1974, p. 290 apud BADALONI, 1975, p. 121-122). O desafio de analisar a história do PCI a partir de seus intelectuais e encontrar Gramsci como interlocutor e opositor, requer uma reconstrução diacrônica sem a pretensão de linearidade, o que implica no fato de que a busca por uma leitura temática enriquece em um esquema formal e enquadra “numa ordem lógica um discurso multiforme” (FANCIONI, 1984, p.150). Gerratana apresenta dois movimentos distintos e complementares para essa incursão: a) a compreensão da fragmentariedade formal que acompanha contingencialmente seus escritos carcerários e, portanto, uma não sistematicidade substancial; b) a conjugação destes elementos mediante uma fundamental unidade de inspiração (apud FRANCIONI, 1984, p.150-151) – que se concretiza com o método da “previsão” (BADALONI, 1987)

Questões em aberto

Este artigo preocupa-se em apresentar a questão meridional como uma problemática historiográfica e política, na qual O PCI – e seus principais quadros – tem lugar de destaque. Não obstante, buscamos apreender as questões que aparecem colocadas contemporaneamente como novos meridionalismos, e nos propomos a estabelecer questões que possibilitem um reexame crítico destas considerações. Partindo preliminarmente dos estudos indicados, compusemos um eixo de análise que consideramos uma possível interpretação, na esteira da reconstrução do pensamento gramsciano. A política agrária pode ser considerada como um dos elementos que 'cimentou' a via italiana ao socialismo, cumprindo um duplo papel para o PCI: por um lado, na *redefinição da relação entre a base e a direção*. Consideramos que os processos de incorporação do PCI ao governo, o Decreto Gullo, e a composição de alianças ampliadas privilegiando a DC são formas que expressam a tentativa do PCI de experimentar – e refinar – a política da democracia progressiva, conquistando o Estado e o ordenamento econômico a partir de uma unidade com grupos não

²² Ver: Dias (1987).

hegemônicos. Por outro, a imposição de uma forma padronizada de luta, circunscrita às conquistas democráticas. Paralelamente a construção de uma reforma agrária, o PCI ordena legalmente a intervenção dos movimentos, racionalizando-os e mantendo sob seu controle os sindicatos e a CGIL. Avançando na base de direitos, o PCI desloca o horizonte da insurreição revolucionária antes mesmo de apresentar a democracia como objetivo programático. Isto pode ser demonstrado pela redução da militância à participação no pleito: as instâncias partidárias apresentavam-se fragilizadas, e o critério de filiação ao PCI era muito genérico, não havia discussão programática. Assim, a geração de filiados que compôs o partido de massas intervinha pouco na direção política.

Um outro aspecto da via italiana ao socialismo é a formação de uma nova geração de intelectuais, absorvidos pelo ideal democrático. Isto se verifica na coletânea organizada por De Felice, sobretudo, onde os embates internos do PCI foram sendo atenuados na medida em que parte dos intelectuais meridionais se incorporavam ao governo. Também aqui percebemos que o antifascismo cumpriu um papel de homogeneizar a formulação política dos intelectuais, reduzindo a estratégia de transição ao socialismo a um acúmulo de forças parlamentar, esfumando a luta de classes e servindo de força centrípeta aos intelectuais. A conflituosa relação dos dirigentes do PCI com a URSS, ao mesmo tempo que negava o stalinismo como *modus operandi*, absorvia alguns princípios de entendimento semelhantes, de forma que o anti-americanismo do PCI pode ser lido em chave análoga ao nacionalismo soviético. A famosa “limitação das forças produtivas” aparece traduzida na Itália como a conversão do Mezzogiorno num pólo subalterno de mercado de grande capital.

Para recompor os elementos que forjaram a via italiana ao socialismo, consideramos importante estabelecer relações entre a historiografia social e a produção intelectual dos militantes do PCI em suas dinâmicas de embates. (SAASSON, 1980) Não se trata de uma reconstrução global da política dopoguerra, mas de uma história do pensamento marcada pelo esforço de fundir a experiência concreta do partido com um balanço sintético do período, apresentando alguns interlocutores importantes para o conjunto da vida social, como artigos de revista, periódicos, jornais. Aqui se percebe preliminarmente que em acordo com a Democracia progressiva, havia o entendimento de um segundo Risorgimento. (QUAZZA, p. 14)

Outro elemento que consideramos particularmente interessante para recompor essa trajetória liga-se ao reexame da relação entre resistência e fascismo, e a relação política entre o PCI e a URSS. Podemos de antemão, apresentar que essa relação é marcada, nos principais meios de comunicação, por uma “rendição controversa ao discurso liberal”. Neste período, houve a divulgação de discurso sobre o antifascismo partigiano, em que o fomento da política da Resistência

é subjugada a uma retórica da normalização, compreendendo o fascismo como “parêntese histórico”. (ALBERTARO, 2011, p. 48)

A história da linha política de um partido se funda na hipótese de que quando um programa partidário é criado, adquire relação com a vida política do país, as aspirações do seu povo, e dos problemas que ele tem para enfrentar. O programa político não é, portanto, um documento. Ele é expressão sincrética e contraditória de declarações dos dirigentes, dos principais artigos e periódicos, de várias formas diferentes de propaganda política. (SAASSON, 1980). A pesquisa pretende ainda recuperar as principais polêmicas e disputas internas e externas do PCI, refazendo a história deste pensamento na confluência de suas múltiplas fontes.

Referências

ADINOLFI, Goffredo. Continuidades e discontinuidades da realidade política italiana (1943-1948). *Análise Social*, vol. XLIV (191), 2009, p. 289-313 .

AJELLO, Nello. *Intellettuali e PCI (1944-1958)*. Bari: Laterza, 1979.

ALBERTARO, Marco. *La parentesi antifascista*. Torino: Seb 27, 2011.

AMENDOLA, Giorgio. *Il rinnovamento del PCI – Intervista di Penato Nicolai*. Roma: Riuniti, 1978.

ANDERSON, P. *Uma esquerda invertebrada – A herança desperdiçada da Itália*. In: *Vírus n° 9. Maio-Junho 2010 (p. 05- 21)*.

BARATTA, G. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BARBAGALLO, Francesco. Il Mezzogiorno come problema attuale. *Studi Storici* V. 3, anno 31, (Lug-Set), 1990, p. 585-596.

_____. Potere politico ed economia assistita nel Mezzogiorno repubblicano. *Studi Storici* V. 1, anno 30, (Gen-Mar), 1989, p. 43-52.

BATTILOSSI, Stefano. *Storia economica d'Italia – Annali*. Bari: Laterza & Figli, 1999.

BERNARDI, E. Il PCI e la DC di fronte alla riforma agraria: un “dialogo” interrotto (1944-47). In: MONINA, G. et alli. *Le origini della Repubblica 1945- 1946*. Vol. I, Rubbettino, Soveria Mannelli, 2008, p. 277-308.

BUSSOTTI, Luca. *Studi sul Mezzogiorno repubblicano – storia, politica ed analisi sociologica*. Rubbettino, 2004.

BRUNO, Giovanni. Imprese industriali nel Mezzogiorno. *Studi Storici* V. 3, anno 31, (Lug-Set), 1990, p. 597-608.

CAFIERO, Salvatore. Prodrumi e genesi delle riforme meridionaliste del 1950. In: *QA – La questione agrária*. V.1, 2000 (p. 36-48).

CIOCCA, Pierluigi e TONIOLO, Gianni (a cura di) *Storia economica d'Italia – Interpretazioni*. Bari: Laterza & Figli, 1999.

DAVIS, John A Mutamenti di prospettiva sul cammino dell'Italia verso il XX Secolo. In: CIOCCA, Pierluigi e TONIOLO, Gianni (a cura di) *Storia economica d'Italia – Interpretazioni*. Bari: Laterza & Figli, 1999, p. 197-259.

DE FELICE, Franco. (a cura di). *Togliatti e il Mezzogiorno*. 2.V. Roma: Riuniti, 1977.

_____. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco. *Política e História em Gramsci*. V1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (p. 189-256).

FRANCIONI, Gianni. *L'officina gramsciana - Ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del cárcere"*. Napoli: Bibliopolis, 1984.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. 3 v. Torino: Einaudi, 1975.

_____. *La questione meridionale*. Roma: Riuniti, 1966 .

_____. Le programme de l'Ordine Nuovo. *L'Ordine Nuovo* (1-15- avril 1924). In: http://marxists.catbull.com/francais//gramsci/works/1924/04/gramsci_19240401.htm

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEMBO, Rosario. Il Mezzogiorno tra storia e antropologia. *Studi Storici* V. 4, anno 29, (Ott-Dic), 1988, p. 1051-1068.

NAPOLITANO, Giorgio. *O partido Comunista italiano, o socialismo e a democracia – Entrevista a Eric Hobbsawm*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

PAVARIN, Alessandro. *Lo sviluppo del Mezzogiorno – intervento dello stato e il sistema bancario*. Apes, 2011.

QUAZZA, Guido. *Resistencia e storia d'Italia – problemi e ipotesi di ricerca*. Milano: Feltrinelli, 1978.

SAASSON, Donald. *Togliatti e la via italiana al socialismo – Il PCI dal 1944 al 1964*. Torino: Einaudi, 1980.

SCOPPOLA, P. *La Repubblica dei partiti*. Bologna: Il Mulino, 1990.

SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano V. 2*. Torino, Einaudi, 1975.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democrazia – Obras escolhidas (1944-1964)*. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

_____. *O Caminho italiano para o socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

VACCA, Giuseppe. La politica di unità nazionale dei comunisti (1945-1949). *Studi Storici* V. 1, anno 31, (Gen-Mar), 1990, p.09-25.

VERUCCI, Guido. Riviste e intellectuali laici del secondo dopoguerra. *Studi Storici* V. 4, anno 31, (Ott-Dic), 1990, p.888-897.

VILLARI, Rosario. La crisi del blocco agrario. In: DE FELICE, Franco. (a cura di). *Togliatti e il Mezzogiorno*. V. 2. Roma: Riuniti, 1977, p. 03-34.

VITTORIA, Albertina. La commissione culturale del PCI dal 1948 al 1956. *Studi Storici* V. 1, anno 31, (Gen-Mar), 1990, p.135-170..

WESTAD, Arne Odd. *The Global Cold War – Third World Interventions and the Making of our Times*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

WOOLF, Stuart. I compromessi della diplomazia. In: *Storia d'Italia*. Torino: G. Einaudi, 1972-1976. v 3. (p. 436-507).